

Ata da 85ª reunião extraordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada em 5 de setembro de 2006 e realizada no dia 4 de outubro 2006, em Brasília, DF, com a pauta: palestra do presidente do TCU, Ministro Guilherme Palmeira; apresentação do Projeto de Reestruturação da Arquitetura Acadêmica do Ensino Superior no Brasil (UFBA) pelo reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); informes; apresentação institucional do Canal Futura com as jornalistas Lúcia Araújo, gerente geral e Ana Lúcia Gomes, gerente adjunta; relato das comissões temáticas e assuntos gerais. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio Cesar Gonçalves Borges (UFPE); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR); Carlos Sigueyuki Sediya (UFV); Clovis Silva Lima (UFSM); Eden Januário Netto (UTFPR); Edward Madureira Brasil (UFG); Fernando Antônio Guimarães Ramos (UFMA); Flávio Antônio dos Santos (CEFET MG); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hermano Tavares (UFABC); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Hidemburgue Ordozgoith da Frota (UFAM); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ferreira da Costa (CEFET MA); José Weber Freire Macêdo (UNIVASF); Josivan Barbosa Menezes (UFERSA); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Lúcio José Botelho (UFSC); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET RJ); Miriam da Costa Oliveira (FFFCMPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); Paulo Speller (UFMT); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto Ramos Santos (UFRR); Rômulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Thompson Fernandes Mariz (UFCG); Timothy Martin Mulholland (UnB) e Virmondes Rodrigues Júnior (UFTM). Ao abrir a reunião, o presidente da Andifes, reitor Paulo Speller, cumprimentou os presentes e informou que houve algumas alterações na pauta da reunião para que fosse feita a programação do dia da reunião. O presidente relatou que a questão de relacionamento das Ifes com o TCU e a CGU era tema recorrente na pauta da Andifes, e preocupação permanente de todos os dirigentes, e que, em razão disso, algumas reuniões estavam sendo agendadas; dando sequência às reuniões que já foram feitas no TCU, a Andifes estaria agendando uma reunião também com a CGU. O presidente salientou que todos os dirigentes estão trabalhando nos relatórios da CGU, inclusive com a iminência de divulgação destes relatórios apesar da ressalva de uma tarja preta que se possa colocar encima dos pontos que os dirigentes não desejam que sejam divulgados. Nesse sentido, o presidente informou que havia sido agendada a presença no Conselho Pleno do presidente do TCU, mas que, em razão de compromissos de última hora, o presidente do TCU havia pedido que ela fosse postergada, reafirmando, ainda, que a idéia é que uma reunião fosse agendada e realizada nos próximos dias. O presidente abriu espaço para discussões sobre o assunto e para que os dirigentes trouxessem suas experiências para o Pleno. O presidente informou que a Andifes conversou com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e com a assessora jurídica do ministro, Maria Paula Dalari, repassando a ela alguns documentos da UFMT, que ilustram bem o relatório, as ressalvas que a universidade vem recebendo e o tipo de irregularidades. O presidente afirmou que o número de universidades que estão recebendo pareceres de irregularidades cresceu e que se tem uma situação praticamente insustentável nas universidades com a presença das auditorias da CGU pela extensão, pelo tempo, pela demanda de documentação, pela demanda de tempo dos dirigentes que têm que ficar, praticamente, a disposição e, mais recentemente, com a implantação de pequenas auditorias que estão se tornando permanentes nas universidades. O presidente salientou que o problema maior é não identificação de irregularidades propriamente ditas, no que tange a desvio de recursos ou gravidades do gênero, razão pela qual abria-se espaço na reunião para discussão sobre o tema e se buscaria um agendamento de reunião no TCU e na CGU, de forma mais urgente. O presidente, afirmou, ainda, que a idéia era que o ministro da Educação e a sua assessora jurídica acompanhassem as reuniões com o TCU e com a CGU para que os pleitos pudessem ser levados adiante. O presidente relatou a solicitação feita ao consultor jurídico da Andifes relativa à recente determinação de publicação dos relatórios, ainda que com a possibilidade de colocação de tarjas pretas nas informações que não se desejasse divulgar. O presidente informa o recebimento de algumas demandas de dirigentes referente à publicação por tratar-se de uma divulgação de informações preliminares, antes do julgamento do TCU. Dessa forma, o presidente relata que alguns dirigentes questionaram a legalidade desse ato uma vez que se daria previamente ao julgamento. O presidente afirma ter pedido ao consultor jurídico da Andifes que fizesse essa análise, salientando que ele havia produzido um parecer para conhecimento de todos os dirigentes e que, em seu parecer, o consultor jurídico informou não haver base legal para o questionamento dessa publicação, uma vez que existia um decreto de 2005 que regulamentava a legislação pertinente, dando sustentação à publicação. O presidente, então, abriu espaço para que os dirigentes pudessem se manifestar. O reitor Ronaldo Tadêu Pena (UFMG) relatou a elaboração de um documento, pela universidade, a respeito da divulgação dos dados pela CGU e pediu que esse fosse divulgado a todos os dirigentes, para que os reitores, individualmente, decidissem se seguiriam o mesmo caminho da UFMG e abriu a discussão o assunto. O reitor Josué Modesto dos Passos (UFS) informou que o grau de sofisticação dos relatórios da CGU chegaram ao um grau extremo, a ponto de querer saber informações mínimas e irrelevantes. O reitor Lúcio José Botelho (UFSC) salientou que os dirigentes deveriam partir para uma ação coletiva, mas que essa fosse uma decisão de peso porque seria impossível administrar as universidades dessa forma. O reitor Lúcio Botelho ressaltou, ainda, que deveria ser marcada uma audiência no TCU que contasse com a participação de todos os dirigentes das Ifes. O reitor Josivan Barbosa Menezes (UFERSA) relatou aos dirigentes sobre uma liminar do Tribunal Regional do Trabalho, salientando que a universidade trabalhava muito com a questão judiciária estando quase toda a semana em Brasília para resolver questões dessa natureza. O reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho

(UFBA) pediu que fosse produzido um documento para relatar todos os casos das universidades, aprovado pelo Pleno, e que este fosse entregue ao ministro da Educação, com toda a divulgação a respeito, fazendo, assim, pressão. A reitora Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL) relatou que esteve conversando com representante da CGU e que afirmou saber de todo o trabalho realizado pela universidade, mas que, infelizmente, este trabalho era ilegal, orientando para que ela pedisse aos dirigentes para que fizessem pressão no MEC. O reitor Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR) afirmou que notava maior pressão por parte da CGU, que era um órgão de governo e que não entendia porque o governo pedia para que houvesse a ampliação da universidade pública se a CGU freava todas as ações nesse sentido. O reitor Carlos Moreira afirmou, ainda, que o TCU precisava saber qual a relação das universidades com as fundações de apoio, salientando que era importante uma reunião de todos os dirigentes com o ministro da Educação para resolver o problema com a CGU. A reitora Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO) informou que recebeu, naquele mesmo dia, um comunicado, informando que a União e a AGU, representando a UNIRIO, entraram com uma ação contra a reitora e os conselhos. A reitora Malvina Tuttman informou, ainda, que pediria a retratação dos dois órgãos, salientando que fatos dessa natureza não era exclusivos da UNIRIO, mas de todas as Ifes. O reitor João Carlos Brahm Cousin (FURG) afirmou que era importante que fosse feito o documento e que este fosse entregue ao TCU e à CGU, como uma mobilização de todos os dirigentes. O reitor João Cousin ressaltou, também, que a Andifes precisava atuar mais politicamente, posicionando-se a respeito dessas questões. O reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS) afirmou que deveria ser elaborado um documento basicamente político de posicionamento das universidades federais em relação ao tema e que esse documento deveria ter três eixos: em um primeiro eixo deveria haver a dimensão do orçamento das Ifes; em um segundo eixo, as estruturas administrativas das Ifes; e em um terceiro eixo, deveria definir-se esses gargalos, ou seja, tratar-se das fundações. Para o reitor Hennemann deveriam ser colocados eixos gerais, com tópicos claros, políticos e embasados no papel das Ifes. O reitor Thompson Fernandes Mariz (UFMG) afirmou que o documento deveria deixar clara a autonomia universitária. A diretora Miriam da Costa Oliveira (FFFCMPA) salientou que o problema dos dirigentes era a CGU e afirmou ser nesse órgão que os dirigentes deveriam atacar. O reitor Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI) afirmou que a grande ação política deve ser, inicialmente, no MEC. O presidente submeteu ao Conselho Pleno a proposta de produção de um documento político a ser apresentado em audiência com o TCU e a CGU e ressaltou que nessas audiências deveria estar o maior número de dirigentes. O presidente pediu, ainda, que os dirigentes municiassem a Andifes com informações relevantes para a produção desse documento. O presidente submeteu ao Conselho Pleno, que aprovou, a elaboração do documento e o agendamento de reuniões no TCU e na CGU. Passou-se para o segundo tópico da pauta, com a apresentação do reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA). Em sua apresentação o reitor Naomar Monteiro ressaltou os seguintes itens: 1) a essência do ensino não é vista no Projeto de Lei da Reforma Universitária; 2) a universidade brasileira baseia-se nos modelos lusitano e francês, já ultrapassados; 3) alguns momentos históricos da reforma universitária no país; 4) as universidades utilizam modelos ultrapassados, do século XIX, com uma estrutura curricular totalmente confusa e títulos de diversas origens e com diferentes nomenclaturas; 5) o bacharelado interdisciplinar ampliará o número de vagas e melhorará os pontos críticos do ensino brasileiro; 6) o novo sistema não chega para terminar com o vestibular; 7) o curso será estruturado desta forma: a) módulos iniciais de formação geral; b) módulo de formação complementar, que não será ainda a escolha profissional; c) módulo profissional, com conteúdos da escolha profissional do estudante, antecipadamente; d) cursos tronco, essenciais à formação universitária. Ao final da apresentação, o presidente agradeceu ao reitor Naomar Monteiro e afirmou que a idéia era levar essa discussão à Comissão de Desenvolvimento Acadêmico. O reitor Ronaldo Tadêu Pena (UFMG) informou que a profissão de engenheiro nos Estados Unidos terminava com o bacharelado e ressaltou que, os alunos com elevado poder aquisitivo teriam metade das vagas em um processo seletivo global, diminuindo a quantidade de vagas para os estudantes mais necessitados. A reitora Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO) afirmou que se deve discutir a estrutura acadêmica e que se precisa ter a idéia de que universidade se quer para o país. O reitor Thompson Fernandes Mariz (UFMG) questionou a respeito da resistência dos conselhos profissionais a uma reforma dessas. O reitor Naomar Monteiro afirmou ter anotado todas as contribuições e disse não esperar reações dos conselhos profissionais porque o que se propõe seria um profissional mais maduro no mercado de trabalho. O reitor Naomar Monteiro afirmou, ainda, que o que ocorreria era um papel maior sobre os conselhos profissionais, que teriam que se responsabilizar pela avaliação dos profissionais e não mais as universidades. O presidente anunciou, então, a colocação de outro assunto que não estava na pauta, relativo à Universidade Aberta do Brasil e chamou à mesa o diretor do Departamento de Políticas em Educação à Distância (DPEAD/MEC), Hélio Chaves Filho e o diretor de Projetos do Banco do Brasil, Antônio Augusto dos Santos Soares. Hélio Chaves passou, então, a fazer um relato das ações realizadas pela UAB: 1) o trabalho foi propositivo, no sentido de trazer todos ao projeto; 2) o trabalho foi importante para convencer universidades e prefeitos a investir no projeto; 3) foram contempladas todas as especificidades e necessidades; 4) a idéia seria de criar para 2007 a implementação dos cursos aprovados nos pólos apresentados durante a reunião; 5) seriam 300 pólos nas mais variadas regiões, atendendo as especificidades; 6) tem-se hoje um universo de 90 cursos, dos quais 70% são cursos de licenciatura e a idéia seria implantar agora esses cursos de maneira adequada; 7) a educação à distância ainda não está consolidada no Brasil; então, ao mesmo tempo que se implantam os cursos, criam-se as bases para o funcionamento dos mesmos; 8) a idéia inicial seria de que os municípios seriam responsáveis por todos os gastos de estruturação dos pólos, mas se conseguiu a doação de computadores pela Intel, fazendo com que todos os pólos comecem já estruturados; 9) conseguiu-se, também, através do Ministério das Comunicações, a disponibilização de pontos para esses pólos e, em breve, irá conseguir uma polarização também junto a RNP; 10) a estruturação dos pólos vai ser a custo zero; 11) está sendo garantido, também, um conjunto de ações para bolsas para quem vai trabalhar no pólo; 12) vai existir um coordenador de pólo pago pelo MEC e este é quem vai promover o desenvolvimento das políticas de qualidade educacional; 13) apenas durante 2007, terá bolsa também para os tutores presenciais para que depois os prefeitos consigam contratar esse pessoal de maneira legal; esta é uma ação provisória, mas que cria uma indução para que se avance nessa dimensão; 14) a proposta era de duas entradas em 2007, uma em abril e outra em setembro, mas

essa idéia foi mudada; o que se tem agora são um conjunto de janelas, onde cada janela apresenta um conjunto de possibilidades para se poder trabalhar e o que vai marcar a parte institucional é a aula inaugural; tem-se duas janelas: uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre; 15) está sendo criado um programa de capacitação em EAD, com início previsto para novembro de 2006, destinado aos docentes das Ifes; nesse sentido, o própria IFES iria prover uma consultoria nesse sentido, dispensando a contratação de profissionais especializados na área; 16) a proposta é pegar o projeto da UAB e discuti-lo para que esse seja implantado com propriedade; 17) o programa de capacitação é regionalizado e está sendo criado um Fórum na SEED, onde pessoas administrarão a gestão em capacitação; 18) a idéia é tirar da SEED e do MEC o conjunto de decisões referente a decisões acadêmicas; a idéia é que a instituição decida qual a melhor forma de levar a UAB adiante; 19) tem-se cinco macro ações que darão a sustentabilidade da UAB em 2007, como, a conclusão das fases de avaliação; a divulgação dos resultados e avaliação in loco, com modelo de vinculação das Ifes com os seus pólos; a entrega dos computadores; o pagamento das bolsas, até dezembro o FNDE estará gerindo 10 mil bolsas para os professores; 20) do universo das Ifes, teve-se 50 participantes, onde 40 são universidades e 10 Cefet; 21) a seleção será de dezembro deste ano até maio de 2007 e o início do curso, então, será de maio a julho de 2007, com a proposta de uma aula inaugural em cadeia nacional, pela terceira semana de julho; 22) sinalizações positivas da UAB: a) infra-estrutura: a Intel disponibilizou os computadores para as próximas etapas; b) em quatro anos, mil pólos estarão em funcionamento; c) o Ministério das Comunicações se comprometeu a mudar o sistema, melhorando as conexões dos pólos; d) deverá ser elaborado um modelo de gestão e avaliação para que as Ifes determinem quem ganhará as bolsas; e) tem-se garantidas 50 vagas para as Ifes; f) em quatro anos, deverão existir 1 milhão de estudantes; na primeira entrada serão 30 mil vagas, na segunda, mais 30 mil; g) deverá ser criado um modelo de formação continuada dos professores da rede pública, buscando estimulá-los a continuar o aprimoramento profissional; 23) não existem soluções prontas, o que existem são diretrizes. Antônio Augusto Soares fez apenas pequenas observações: 1) praticamente todas as universidades iniciaram o processo; 2) o Banco do Brasil cumpre rigorosamente os seus contratos, independente do momento político; isso quer dizer que todas as parcelas pendentes serão repassadas; 3) há expectativa de outros editais com o Banco do Brasil, dever-se apenas encontrar uma maneira legal de repasse dos recursos junto a PGR; 4) há um espaço no banco para que, ainda este ano, sejam avaliados os recursos destinados as Ifes que ainda não foram contempladas e para as que não tiveram todas as vagas contempladas; 5) ainda este ano o banco estará abrindo edital para mais uma turma, com 6 mil vagas, onde todas as Ifes parceiras da UAB, que tiverem no mínimo nota quatro nos cursos de pós-graduação, serão convidadas a participar; as Ifes que quiserem trabalhar com a modalidade consórcio não precisam ser todas com esta nota, apenas uma. O presidente afirmou que as regiões norte e sudeste ainda não haviam apresentado projetos para a UAB e que estes Estados poderiam associar-se a universidades de regiões próximas que tivessem interesse em ajudar nesse sentido. O presidente relatou, ainda, que existia um interesse da UnB nas Ifes da região norte, mas que outras instituições poderiam se candidatar também. O presidente ressaltou que o papel da Andifes é mediar o contato das Ifes com o Banco do Brasil e das Ifes umas com as outras. Hélio Chaves afirmou que a idéia seria privilegiar todas as Ifes que não foram contempladas uma vez que no primeiro edital não existiam muitas garantias. Hélio Chaves informou que ainda este ano terá mais um edital e que todas as Ifes serão chamadas a participar. O reitor Lúcio Botelho (UFSC) informou que em um ano e meio ou dois anos a UAB terá metade dos alunos de todas as Ifes e que este fato seria importante para se pensar no modelo de gestão. A reitora Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO) ressaltou que não se deveria ligar a UAB à faculdade de educação, uma vez que a universidade conversando como um todo sobre a educação à distância fará com que a UAB seja mais aceita. A reitora Malvina Tuttman afirmou, também, que o projeto da UAB deixou de ser apenas do MEC, mas seria de todos os coordenadores de cursos que se sentem peça fundamental no desenvolvimento da educação. O presidente agradeceu a presença dos convidados à mesa. Em outro tópico da pauta, o presidente passou a palavra ao reitor Luiz de Sousa Santos Jr. (UFPI). O reitor da UFPI, responsável pela vinda das representantes do Canal Futura, apresentou as jornalistas Lúcia Araújo e Ana Lúcia Gomes, gerentes geral e adjunta que deram início a uma exposição sobre o funcionamento, o conteúdo e parcerias que o Canal Futura possui. Em sua apresentação, as jornalistas mostraram o Canal Futura como: 1) uma TV educativa que procura ter uma linguagem diferenciada, ficando 24 horas no ar; 2) gerado e consolidado em parcerias; 3) um canal privado, mas não comercial, e de interesse público; 4) atuante em uma linha mais aberta de educação, educando para a vida; 5) um canal que continua depois que a televisão é desligada, ampliando as experiências de cada telespectador; 6) um canal a ser apropriado da forma como a instituição desejar; 7) o único canal onde o telespectador não é virtualizado; 8) um canal de comunicação com as universidades, através de diferentes modalidades, adequadas de acordo com as necessidades de cada instituição de ensino; 9) um canal que apresenta diversos programas feitos dentro das universidades parceiras, sendo este um dos grandes resultados da parceria Futura/Ifes. As jornalistas apresentaram, ainda, um vídeo institucional do Canal Futura. O presidente agradeceu a participação das representantes do Canal Futura e passou aos relatos das Comissões. O reitor Rômulo Soares Polari (UFPB) procedeu, então, o relato da Comissão de Orçamento: 1) nas duas planilhas existe uma análise quantitativa do orçamento da Andifes, da SESu e das Ifes para 2007; 2) em 2006, diferente dos demais anos, tem-se uma visão mais abrangente das dotações que envolve a aplicação da matriz SESu/Andifes, que envolve 53 Ifes; tem-se informações extra-matriz, onde estão aquelas Ifes que estão em fase de implantação, não constando da outra matriz; tem-se as dotações orçamentárias para equalizações em 2007; tem-se as dotações orçamentárias para a expansão dos sistema Ifes, que não aparecia no ano anterior; 3) o que se observa é que, no que se refere à matriz SESu/Andifes, está sendo cumprido tudo que foi acertado na Plenária e na direção da Andifes e está previsto 1 bilhão 119 milhões 934 mil 891 reais, que representa um incremento razoável de 16,79% em relação ao orçamento que está em execução no ano de 2006; 4) nas dotações extra matriz tem-se um valor de 17 milhões 917 mil 663; envolve, no caso da Universidade do Recôncavo Baiano uma dotação de 1 milhão 680 mil reais e corresponde integralmente a uma redução que é feita da Universidade Federal da Bahia de igual valor, como se fosse a parcela do *campus* que estava na UFBA que passou a ser a Universidade do Recôncavo Baiano; as demais dotações, a Universidade Federal do Tocantins que ainda é considerada em implantação e está nessa coluna e a

Universidade do Vale do São Francisco; 5) uma novidade está no item três, dotações orçamentárias para equalizações e aí estão selecionadas três universidades: a) UFRJ com um valor considerável 19 milhões 320 mil; UNIFESP 11 milhões 502 mil e São João Del Rei 2 milhões 318 mil 400; b) interessante é que dados deste ano constam como a UFRJ com uma dotação de 15 milhões de reais, o que significa que este ano já está, preventivamente, na Proposta de Lei Orçamentária uma dotação para equalização da UFRJ de 19 mil reais; é uma inovação; c) existe junto à SESu uma dotação de 31 milhões 169 mil 600 para equalizações a serem definidas pela SESu; 7) dotações orçamentárias para expansão do sistema, onde se tem uma previsão de 282 milhões 705 mil 156 reais que já consta do PPA e uma parcela de um conjunto de Ifes que não consta do PPA, mas que estão atendidas pelo programa de expansão SESu/MEC, algumas já com dotações específicas como a Unipampa 36 milhões 320 mil 526; e tem 64 milhões ainda, dentro da SESu, para outras Ifes com projetos já aprovados, mas que ainda não foi feita a partilha exata por Ifes; 8) existe um orçamento total considerável de 1 bilhão 597 milhões 189 mil 230 reais; 9) na parte de expansão o que chama atenção é que apenas duas universidades absorvem 30% do recurso total destinado à expansão, sendo importante ter um olhar crítico a respeito da concentração de verbas; 10) é importante ressaltar que estas dotações são as de partida para a Lei Orçamentária, podendo estes valores serem alterados para mais ou para menos. O presidente agradeceu o relato e passou a palavra ao reitor Ronaldo Tadêu Pena (UFMG). O reitor falou, então, sobre o Conselho Federal de Fundações: 1) participação no evento do CONFIES, representando a Andifes; 2) discursou pró-fundação, colocando também a necessidade do controle e da regulação feitos pela universidade apoiada pela fundação; 3) os dois representantes do Ministério Público consideraram a posição apresentada um absurdo porque a fundação é livre da universidade e não precisa dar nenhum retorno; 4) essa era a visão de mais da metade dos dirigentes que estavam presentes no evento. O presidente agradeceu o relato e passou a palavra ao professor Dante Barone, da Comissão do Programa Especial de Treinamento (PET). O professor fez um histórico da questão desde 1979, relatando a pouca expansão que aconteceu nos últimos dez anos. O professor também ressaltou a intenção junto com a Andifes de cooperação com os PETs no sentido de como essa cooperação poderia refletir na grade curricular das Ifes. O professor entregou carta ao presidente da Andifes, buscando a colaboração da instituição para o fomento de projetos, como o Rondon, para que se tornem cada vez mais acadêmicos. O presidente agradeceu a apresentação e passou a palavra ao reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS) para relato da Comissão de Relações Internacionais. O reitor José Carlos Hennemann passou ao presidente da Andifes um relatório sobre a visita da missão cubana e fez, então, o relato da Comissão: 1) proposta de implantação de um curso de especialização e aperfeiçoamento em relações internacionais aos profissionais das Ifes, com início previsto para março de 2007, na UnB; o curso de especialização terá 360 horas/aula e será ministrado em módulos e o objetivo é a formação de pessoas para conduzir as relações internacionais das Ifes; 2) convite da UDUAL para que a Andifes participe; deve-se primeiro saber qual o papel da Andifes na rede; 3) elaborar um relatório com informações de todas as redes que a Andifes participa e disponibilizar a todas as Ifes para conhecimento. O presidente agradeceu o relato e passou a palavra ao reitor Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU) para relato da Comissão de Hospitais Universitários. O reitor afirmou que, tecnicamente, estaria pronta a lei dos plantões, mas politicamente ainda havia um caminho a percorrer, faltando sentar com o ministro da Educação e com o ministro do Planejamento para fechar a questão. O reitor afirmou que as equipes do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento já fecharam a proposta para a lei dos plantões, salientando que, assim que tivesse os detalhes, encaminharia os documentos aos dirigentes das Ifes para sugestões. A reitora Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO) pediu a palavra e informou que representaria a Andifes na reunião da Comissão de Revalidação de Diplomas e Títulos, coordenada pelo MEC. A reitora salientou a necessidade de se ter diretrizes básicas nacionais para esta questão, sem interferir na autonomia das universidades. A reitora informou que indicaria oito universidades para um piloto sobre o assunto, na reunião do dia seguinte. O reitor Lúcio Botelho (UFSC) afirmou que este fato era político, jurídico e acadêmico e que deveria ser amplamente discutido antes de se implantar projetos pilotos nas Ifes porque um projeto implantado em oito Ifes daria margem para que qualquer outro estudante ganhasse causa na justiça a respeito da revalidação. O presidente afirmou, então, não haver mais quórum para deliberação e encaminhou um aprofundamento do assunto, salientando que a reitora relatasse todas as preocupações das Ifes durante a reunião do dia seguinte. As declarações completas dessa reunião estarão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes